



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2017

Concurso Público para provimento de vagas de

Analista
Área Processual

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Modos de disputa

Dois indivíduos têm uma contenda e estão enraivecidos. Um deles diz ao outro, furioso: – Vou te quebrar a cara! Ao que o outro, igualmente indignado, responde com energia: – Pois eu vou te processar!

São, não há dúvida, dois modos de disputar a razão de quem viu ofendido um suposto direito seu. O primeiro indivíduo recua bastante na história e reproduz a jurisprudência das cavernas: a pancada corretiva, o direito da força, o recurso dos instintos primários; o segundo preferiu confiar numa instituição, numa instância social, na mediação das leis, na força do direito. O que não significa que, em outra situação, os mesmos indivíduos não pudessem reagir de modo oposto: somos criaturas difíceis, sujeitas ao temperamento, ao sentimento de ocasião.

“Vou te processar” é o modo civilizado, que confia no equilíbrio de um rito jurídico, devidamente conduzido e arbitrado por profissionais do ramo: advogados, juízes, promotores. O processo tem sua mecânica balizada por prazos, recursos, ações de embargo etc. O propósito está em que, ao fim e ao cabo do processo, todos os componentes de uma disputa tenham sido devidamente apreciados e julgados, a partir do que se exare a sentença final. Como todo rito complexo e minucioso, pode demorar muito até o bater do martelo.

A instituição justa do processo conta com o fato de que ambas as partes sigam exatamente os mesmos passos garantidos pela lei. Mas não há como evitar certas condicionantes, que fazem diferença: a habilidade maior de um advogado, os recursos para custear um processo longo, a intimidação que pode representar o fato de uma das partes ser um litigante de grande poder político ou notoriedade social. As diferenças sociais e econômicas entre os homens podem marcar o destino de um processo. Nesse caso, voltamos um pouquinho no tempo e, de um modo aparentemente mais civilizado, reproduzimos algo parecido com o direito da força.

(Júlio Castro de Ribeiro, inédito)

1. Os dois modos de disputar a razão referidos no texto contrapõem-se quanto às
 - (A) instituições civilizatórias a que buscam recorrer os enfurecidos contendores.
 - (B) distintas jurisprudências que as partes vão recolher de fontes primitivas.
 - (C) formas de mediação jurídica a que apelam os contendores.
 - (D) ações escolhidas pelos contendores para o encaminhamento de suas convicções.
 - (E) providências processuais que cada litigante entende como adequadas.
2. Um dos recursos expressivos de redação explorados pelo autor está no emprego
 - (A) do humor, ao acionar o flagrante anacronismo que se revela na expressão *jurisprudência das cavernas*.
 - (B) da ironia, quando se associa a expressão *vou te processar* à expressão seguinte que é *modo civilizado*.
 - (C) de uma contradição, quando atribui ao indivíduo *indignado* o desejo de se valer de um processo jurídico.
 - (D) de reiteraões de sentido, como a que se nota entre *direito da força* e *força do direito*.
 - (E) da linguagem técnica, como em *pancada corretiva* e *o bater do martelo*.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *têm uma contenda e estão enraivecidos* (1º parágrafo) = fomentam ressentimentos inúteis.
 - (B) *viu ofendido um suposto direito* (2º parágrafo) = deu como lesada uma prerrogativa legal.
 - (C) *recurso dos instintos primários* (2º parágrafo) = habilitação dos impulsos primaciais.
 - (D) *equilíbrio de um rito jurídico* (3º parágrafo) = harmonia de um cerimonial forense.
 - (E) *a partir do que se exare a sentença final* (3º parágrafo) = até onde se proclama o arbítrio definitivo.



4. Está clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Cabem às leis disciplinar a distribuição dos direitos, razão pela qual são necessários os processos, de cujos ritos garantem o andamento adequado para que os mesmos se cumpram.
 - (B) Sempre haverão os que preferem empregar a violência para exaltarem os direitos que julgam ser seus exclusivos detentores, em detrimento dos que lhe são alheios.
 - (C) Ainda que possam ser complexos em sua tramitação, os processos visam a execução de direitos que de outra forma, ainda que bem concebidos, não haveria como garantir.
 - (D) O trâmite dos processos, nem sempre menos moroso do que se gostaria, demandam exame de peculiaridades que cada caso apresenta, razão pela qual se estendem ao longo do tempo.
 - (E) É forçoso admitir que, em certos processos, pode haver interferência de fatores extrajudiciais que acabam por comprometer a justa contemplação dos mais claros direitos.
-
5. A concordância e a adequada articulação entre os tempos verbais estão adequadamente atendidas na frase:
- (A) Uma contenda entre dois indivíduos convictos de sua razão só se apaziguaria caso não lhes faltem a orientação de um mínimo de tolerância e de bom senso.
 - (B) Se se imagina que a violência física das contendas funcionariam como argumento, de nada teria valido nosso esforço para que nos civilizemos por meio das instituições.
 - (C) É de se presumir que, num processo jurídico, ambas as partes venham a ser contempladas com o mesmo zelo na condução dos ritos que se façam necessários.
 - (D) Atribui-se à morosidade da justiça, no que diz respeito aos ritos processuais, os dissabores que as partes eventualmente sofressem ao longo das providências legais.
 - (E) Na condução dos processos, não há como negar que a interferência de fatores externos, como a folga financeira ou o prestígio social, pudessem afetar o resultado a que se chegaria.
-
6. Ocorre adequada transposição de um segmento do texto para a **voz passiva**, mantendo-se a coerência da frase original, em:
- (A) *Dois indivíduos (...) estão enraivecidos* // **Dois indivíduos se enraivecem**
 - (B) *O primeiro indivíduo recua bastante na história* // **A história é recuada pelo primeiro indivíduo**
 - (C) *O processo tem sua mecânica balizada por prazos* // **Os prazos balizam a mecânica do processo**
 - (D) *As diferenças sociais (...) podem marcar o destino de um processo* // **O destino de um processo pode ser marcado pelas diferenças sociais**
 - (E) *Nesse caso, (...) reproduzimos algo parecido com o direito da força* // **teremos reproduzido algo parecido com o direito da força, nesse caso**
-
7. *O primeiro indivíduo recua bastante na história e reproduz a jurisprudência das cavernas (...)*
- Uma nova, correta e coerente redação da frase acima está em:
- (A) Como reproduz a jurisprudência das cavernas, a história do primeiro indivíduo, surge como um recuo.
 - (B) A jurisprudência das cavernas – um suficiente recuo histórico – é reproduzido pelo primeiro indivíduo.
 - (C) O recuo histórico do primeiro indivíduo é o bastante para reproduzir-se a jurisprudência das cavernas.
 - (D) A história se reproduz, como jurisprudência das cavernas, quando o primeiro indivíduo recua tanto.
 - (E) Ao recuar tanto na história, o primeiro indivíduo acaba por reproduzir a jurisprudência das cavernas.
-
8. Está adequado o emprego dos elementos sublinhados na frase:
- (A) A contenda à que se entregam os indivíduos revela o grau de civilização aonde cada um se encontra.
 - (B) Numa disputa de direitos à qual não faltam paixões, não devem estas contaminar a isenção do juiz.
 - (C) O rito disciplinado de um processo, de cujo depende a justa sentença, deve impor-lhe o juiz aos contendores.
 - (D) Há certas condicionantes que interferem no processo, prejudicam-lhe, acrescentando-o vícios insanáveis.
 - (E) O direito da força, no qual tantos parecem dar crédito, é um recuo a práticas onde o homem se brutaliza.



Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto seguinte.

[O invejável tédio europeu]

Os filmes dos cineastas europeus Michelangelo Antonioni e Ingmar Bergman, que a gente via e discutia com tanta seriedade tantos anos atrás, também eram uma forma de escapismo. Tanto quanto o musical e a comédia, aquelas histórias de tédio e indagações existenciais nos distraíam das exigências menores do cotidiano. Fugíamos não para um mundo cor-de-rosa, mas para outro matiz de preto, bem mais fascinante do que o das nossas pequenas aflições. Nenhum dos personagens do italiano Antonioni ou do sueco Bergman, embora enfrentassem seu vazio interior e a frieza de um universo indiferente, parecia ter qualquer problema com o aluguel.

Claro, o deserto emocional em que viviam os personagens do Antonioni, por exemplo, era o deserto metafórico do capitalismo, uma civilização arrasada por si mesma. Mas estavam todos empregados e ganhavam bem. E como era fotogênico o seu suplício. Com Bergman experimentamos o horror de existir, a terrível verdade de que somos uma espécie corrupta sem redenção possível e que a morte torna tudo sem sentido. Hoje suspeitamos de que se Bergman não vivesse na Suécia, com educação, saúde e bem-estar garantidos do ventre até o túmulo, ele não diria isso. É preciso estar livre das dificuldades da vida para poder concluir, com um mínimo de estilo, que a vida é impossível. Tínhamos uma secreta inveja desses europeus tão bem-sucedidos no seu desespero. Não tínhamos a mesma admiração por filmes em que as pessoas se preocupavam não com a ausência de Deus, mas com o pagamento no fim do mês.

Não há equivalência possível entre morrer de tédio e morrer de fome. Mas às vezes eu ainda me pego sonhando em sueco com uma sociedade pronta, sem qualquer destes desafios tropicais, em que a gente pudesse finalmente ser um personagem de Bergman, enojado apenas com tudo e nada mais.

(VERISSIMO, Luis Fernando. **Banquete com os deuses**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, p. 85-86)

9. Em síntese, o autor do texto, ao se lembrar dos filmes de clássicos cineastas europeus,
- (A) lamenta, sem esquecer o humor, que o cinema nacional não tenha alcançado o alto nível técnico das produções estrangeiras voltadas para os tormentos psicológicos.
 - (B) reconhece nas obras de Antonioni e Bergman as qualidades de uma arte realista e culta, que aprofunda e analisa os detalhes da vida prática.
 - (C) expõe ironicamente o abismo que existe entre as questões tratadas nos filmes de Bergman e Antonioni e as preocupações mais prosaicas da vida comum.
 - (D) demonstra, com muita lucidez, que a arte europeia, ao contrário da nossa, preocupa-se essencialmente com os problemas socioeconômicos que afligem o nosso tempo.
 - (E) conclui, com algum sarcasmo, que o cinema europeu é pouco relevante para quem queira tirar os olhos do cotidiano e explorar em abstrato as aflições existenciais.
-
10. Estas duas expressões intensificam um mesmo fato ou problema referido no texto:
- (A) *discutia com tanta seriedade // o musical e a comédia* (1º parágrafo)
 - (B) *um mundo cor-de-rosa // bem mais fascinante do que o das nossas pequenas aflições* (1º parágrafo)
 - (C) *vazio interior // problema com o aluguel* (1º parágrafo)
 - (D) *deserto emocional // horror de existir* (2º parágrafo)
 - (E) *tão bem-sucedidos no seu desespero // pagamento no fim do mês* (2º parágrafo)
-
11. No segundo parágrafo do texto, o segmento
- (A) *deserto emocional* opõe-se ao que está figurado em *deserto metafórico do capitalismo*.
 - (B) *como era fotogênico o seu suplício* ironiza o fato de que um martírio se expunha com preocupação estética.
 - (C) *estavam todos empregados e ganhavam bem* alude, de fato, à crise econômica do capitalismo.
 - (D) *tão bem-sucedidos no seu desespero* é paradoxal quando relacionado a *ausência de Deus*.
 - (E) *livre das dificuldades da vida* expressa a superação europeia dos problemas filosóficos.



12. O verbo indicado entre parênteses deve flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado na frase:
- (A) Nos filmes de Bergman e Antonioni (**transparecer**) a preocupação europeia com as altas questões existenciais.
 - (B) Tanto os musicais como os filmes de Bergman (**poder**) incutir uma sensação de escapismo no espectador.
 - (C) Aos personagens de Antonioni não (**caber**) preocupar-se com as contas no fim do mês.
 - (D) As dificuldades da vida prática, sobretudo em nosso tempo, não (**permitir**) pensar nas questões metafísicas.
 - (E) Nossa admiração por aqueles grandes cineastas europeus (**fazer**) esquecer nossos conflitos cotidianos.
-
13. Mantém-se correta e coerente com o texto a redação de um segmento, ao se substituir o elemento sublinhado pelo proposto entre parênteses, em:
- (A) Não há equivalência possível entre morrer de tédio e morrer de fome (**contraposição aceitável**)
 - (B) Tanto quanto o musical e a comédia, aquelas histórias de tédio (...) nos distraíam (**Conquanto**)
 - (C) somos uma espécie corrupta sem redenção possível (**embora irremissível**)
 - (D) É preciso estar livre das dificuldades da vida (**Impõem-se**)
 - (E) Mas às vezes eu ainda me pego sonhando em sueco (**dou por mim**)
-
14. Está correto o emprego do segmento sublinhado na frase:
- (A) Os filmes clássicos, que se discutia nos cineclubes, eram sobretudo europeus.
 - (B) Quanto às obras primas do cinema europeu, não havia quem lhes deixasse de dar atenção.
 - (C) O autor do texto prefere mais o cinema europeu do que o nosso.
 - (D) Nos filmes de Bergman, que a genialidade era indiscutível, imperavam minutos de silêncio.
 - (E) O vazio interior era um tema privilegiado nos grandes filmes de Antonioni.
-
15. Está plenamente adequada a **pontuação** do seguinte período:
- (A) O autor do texto considera, em certo momento, que a beleza de certas cenas, naqueles velhos filmes clássicos, tornava fotogênica a miséria moral dos protagonistas.
 - (B) Não é fácil, para os moradores do terceiro mundo admitir que, na velha Europa, com aquele alto padrão de vida, existam os que sofrem tanto, de vazio interior.
 - (C) Mais houvésssemos assistido mais teríamos gostado, daqueles velhos clássicos do cinema europeu, sobretudo os de Bergman e Antonioni; nossos prediletos.
 - (D) Chega a ser provocadora, a associação que o autor estabelece, entre morrer de fome ou morrer de tédio, ao comparar, as razões de sofrimento dos europeus, às dos povos mais pobres.
 - (E) A vida na Suécia, à qual não faltam bons serviços sociais, e aceitável distribuição de renda, teria inspirado, a cineastas como Bergman, cenas de quase inexplicável sofrimento.

Raciocínio Lógico-Matemático

16. Sabendo que o número decimal F é 0,8666 . . . , que o número decimal G é 0,7111 . . . e que o número decimal H é 0,4222 . . . , então, o triplo da soma desses três números decimais, F, G e H, é igual a
- (A) 6,111 . . .
 - (B) 5,888 . . .
 - (C) 6
 - (D) 3
 - (E) 5,98
-
17. Foram $f=780$ processos que deram entrada no mês de fevereiro em uma repartição pública. No mês seguinte, março, deram entrada outros $m=624$ processos. O número mínimo de processos que deverão entrar nessa repartição, no mês de abril (a), para que a razão entre (a) e (f) supere a razão entre (f) e (m) é igual a
- (A) 810
 - (B) 989
 - (C) 584
 - (D) 976
 - (E) 1012



18. O diretor de uma empresa designou uma quantia que será distribuída para os três melhores funcionários do ano. O prêmio de cada um será inversamente proporcional ao total de pontos negativos que cada um obteve em suas respectivas avaliações. O funcionário que mais recebeu tinha uma avaliação com apenas 12 pontos negativos, o segundo colocado obteve 15 pontos negativos e o terceiro colocado com 21 pontos negativos. Sabendo que a quantia total a ser distribuída é R\$ 24.900,00, o maior prêmio superará o menor prêmio em exatos
- (A) R\$ 2.420,00
 - (B) R\$ 3.990,00
 - (C) R\$ 7.530,00
 - (D) R\$ 6.180,00
 - (E) R\$ 4.500,00

19. Considere a afirmação:

Se sou descendente de italiano, então gosto de macarrão e gosto de parmesão.

Uma afirmação que corresponde à negação lógica desta afirmação é

- (A) Sou descendente de italiano e, não gosto de macarrão ou não gosto de parmesão.
 - (B) Se não sou descendente de italiano, então não gosto de macarrão e não gosto de parmesão.
 - (C) Se gosto de macarrão e gosto de parmesão, então não sou descendente de italiano.
 - (D) Não sou descendente de italiano e, gosto de macarrão e não gosto de parmesão.
 - (E) Se não gosto de macarrão e não gosto de parmesão, então não sou descendente de italiano.
20. A sequência $(\frac{10}{3}, \frac{17}{4}, \frac{26}{5}, \frac{37}{6}, \dots)$ é formada por números muito próximos a números inteiros. A soma entre o termo mais próximo a 10 e o termo mais próximo a 20 é igual a
- (A) $\frac{502}{30}$
 - (B) $\frac{803}{40}$
 - (C) $\frac{603}{20}$
 - (D) $\frac{901}{30}$
 - (E) $\frac{301}{10}$

Legislação Institucional

21. De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/1994, a composição do Conselho Superior da Defensoria Pública da União deve incluir obrigatoriamente o Defensor Público-Geral Federal, o Subdefensor Público-Geral Federal e
- (A) o Corregedor-Geral Federal, como membros natos, e, em sua maioria, representantes estáveis da Carreira, dois por categoria, eleitos pelo voto direto, plurinominal, obrigatório e secreto de todos integrantes da Carreira.
 - (B) o Corregedor-Geral Federal, como membros natos, e, em sua maioria, representantes estáveis da Carreira, três por categoria, eleitos pelo voto direto, plurinominal, facultativo e aberto de todos integrantes da Carreira.
 - (C) facultativamente o Corregedor-Geral Federal, como membros natos, e, em sua maioria, representantes estáveis da Carreira, dois por categoria, eleitos pelo voto direto, plurinominal, obrigatório e aberto de todos integrantes da Carreira.
 - (D) facultativamente o Corregedor-Geral Federal, como membros natos, e, em sua maioria, representantes estáveis da Carreira, três por categoria, eleitos pelo voto direto, plurinominal, facultativo e secreto de todos integrantes da Carreira.
 - (E) o Corregedor-Geral Federal, como membros natos, e, em sua maioria, representantes estáveis da Carreira, três por categoria, eleitos pelo voto direto, plurinominal, obrigatório e aberto de todos integrantes da Carreira.



22. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, o Corregedor-Geral, antes do término do mandato
- (A) poderá ser destituído por proposta do Defensor Público-Geral, pelo voto de dois terços do Conselho Superior.
 - (B) não poderá ser destituído, exceto por sentença transitada em julgado proveniente de ação penal pública incondicionada.
 - (C) poderá ser destituído por proposta do Defensor Público-Geral, pelo voto de no mínimo um terço do Conselho Superior.
 - (D) poderá ser destituído por proposta de no mínimo dois quintos do Conselho Superior, condicionada à aprovação expressa do Defensor Público-Geral.
 - (E) poderá ser destituído a qualquer tempo pelo Defensor Público-Geral, devendo o mesmo justificar a sua destituição para o Conselho Superior no prazo máximo de sessentas dias a contar do ato administrativo em questão, quando a mesma será efetivada.
-
23. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, instaurar processo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado e determinar correções extraordinárias são atos de competência do
- (A) Corregedor-Geral.
 - (B) Corregedor-Geral e do Defensor Público-Geral, respectivamente.
 - (C) Defensor Público-Geral.
 - (D) Defensor Público-Geral e do Corregedor-Geral, respectivamente.
 - (E) Defensor Público-Geral e do Conselho Superior da Defensoria Pública, respectivamente.
-
24. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 11.795/2002, no tocante às sanções disciplinares, enquanto não resolvida em outro processo de qualquer natureza questão de que dependa o reconhecimento da infração, o curso da prescrição
- (A) não suspende e nem interrompe, sendo este contínuo por expressa determinação legal.
 - (B) suspende-se, iniciando novo prazo após o término da suspensão.
 - (C) interrompe-se, até no máximo 12 meses, continuando a correr pelo prazo restante, após a cessação da interrupção.
 - (D) interrompe-se, iniciando novo prazo após o término da interrupção.
 - (E) suspende-se, continuando a correr no prazo restante.
-
25. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 11.795/2002:
- “Ao Defensor Público-Geral do Estado, entendendo suficientemente esclarecidos os fatos, caberá então a adoção de uma das seguintes medidas: I. determinar o arquivamento da Sindicância na Corregedoria-Geral, se julgar improcedente a imputação feita ao sindicado; II. aplicar a sanção pertinente, caso entenda caracterizada infração; III. determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, nas hipóteses de infração disciplinar que cuja apuração o exigirem”.*
- Em face da decisão proferida pelo Defensor Público-Geral
- (A) caberá recurso ao Conselho Superior da Defensoria Pública, no prazo de dez dias, por uma única vez.
 - (B) caberá recurso ao Conselho Superior da Defensoria Pública, no prazo de quinze dias, por uma única vez.
 - (C) caberá recurso ao Conselho Superior da Defensoria Pública, no prazo de dez dias, por quantas vezes forem necessárias.
 - (D) não caberá recurso, iniciando-se o processo administrativo disciplinar no qual será assegurada o exercício do contraditório e da ampla defesa.
 - (E) caberá recurso apenas ao Corregedor-Geral, no prazo de cinco dias.
-
26. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 13.484/2010, no tocante ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul é correto afirmar que
- (A) são elegíveis ao Conselho os membros ativos e estáveis da Defensoria Pública que estejam ou não afastados da carreira.
 - (B) é presidido pelo Corregedor-Geral e na sua ausência pelo Defensor Público-Geral.
 - (C) é presidido pelo Defensor Público-Geral, que não terá voto de qualidade, exceto em matéria disciplinar.
 - (D) o Ouvidor-Geral participará do Conselho Superior exclusivamente com direito à voz.
 - (E) é presidido pelo Defensor Público-Geral, que terá voto de qualidade, inclusive em matéria disciplinar.



27. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994, no tocante a licença por motivo de doença na família, devidamente comprovada, considere:
- I. Colateral consanguíneo de primeiro grau.
 - II. Colateral consanguíneo de segundo grau.
 - III. Ascendente.
 - IV. Descendente.
 - V. Parente consanguíneo ou afim de terceiro grau.

Comprovado ser indispensável a sua assistência e esta não possa ser prestada, simultaneamente, com o exercício do cargo, o servidor poderá obter licença por motivo de doença, dentre outras, das pessoas indicadas APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) IV.

28. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994, considere as seguintes condutas praticadas por servidores públicos estáveis:
- I. atestar falsamente a prestação de serviço.
 - II. deixar de atender notificação para prestar depoimento em processo disciplinar.

Nestes casos, os servidores estão sujeitos à penalidade de

- (A) advertência escrita.
- (B) suspensão, que poderá ser aplicada enquanto os servidores estiverem afastados por motivo de gozo de férias regulamentares.
- (C) suspensão, que não poderá exceder a 60 dias..
- (D) suspensão e advertência verbal, respectivamente.
- (E) suspensão, que não poderá exceder a 90 dias.

29. Margarida pretende participar do concurso público para o Cargo de Analista Judiciário da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Estudando a Lei Estadual nº 13.821/2011, que cria o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado, altera seu Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas e dá outras providências, aprendeu que
- (A) para efeito de concessão dos adicionais, não será computado o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal prestado à autarquias e fundações de direito público.
 - (B) o servidor, ao completar quinze e vinte e cinco anos de serviço público, passará a perceber, respectivamente, o adicional de 20% ou 30%, calculados sobre o vencimento básico.
 - (C) por triênio de efetivo serviço público, será concedido automaticamente um acréscimo de 3%, denominado avanço, calculado sobre o vencimento básico percebido.
 - (D) o servidor, ao completar quinze e vinte e cinco anos de serviço público, passará a perceber, respectivamente, o adicional de 25% ou 35%, calculados sobre o vencimento básico.
 - (E) por biênio de efetivo serviço público, será concedido automaticamente um acréscimo de 5%, denominado avanço, calculado sobre o vencimento já com os acréscimos legais.

30. De acordo com a Lei Estadual nº 13.536/2010, o Ouvidor-Geral será escolhido pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, dentre cidadãos de reputação ilibada,
- (A) com menos de sessenta e cinco anos de idade, integrante das carreiras jurídicas de Estado e de Governo, indicados pelo referido Conselho e nomeado pelo referido Conselho.
 - (B) integrante das carreiras jurídicas de Estado e de Governo, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil.
 - (C) com mais de trinta e cinco anos de idade, integrante das carreiras jurídicas de Estado e de Governo, indicados pelo Defensor Público-Geral e nomeado pelo referido Conselho.
 - (D) não integrante das carreiras jurídicas de Estado e de Governo, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil.
 - (E) não integrante das carreiras jurídicas de Estado e de Governo, indicados livremente pelo referido Conselho e nomeado pelo Governador de Estado.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Acórdão de órgão fracionário de Tribunal de Justiça que, ao conferir interpretação conforme à Constituição Federal a determinado diploma legal, afasta sua incidência no caso concreto, sem que exista prévia decisão do colegiado ou órgão especial do Tribunal sobre a matéria, será
- (A) compatível com a Constituição Federal, não havendo que se falar em ofensa à cláusula de reserva de plenário, na medida em que a técnica da interpretação conforme à Constituição não implica declaração de inconstitucionalidade da norma sob análise.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, não havendo que se falar em ofensa à cláusula de reserva de plenário, na medida em que o afastamento da incidência da norma legal em um caso concreto não implica declaração de inconstitucionalidade em abstrato sujeita a quórum qualificado.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal, na medida em que ofende a cláusula de reserva de plenário, estando sujeito a reclamação perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal, na medida em que ofende a cláusula de reserva de plenário, estando sujeito a arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, na medida em que ofende a cláusula de reserva de plenário, não estando sujeito, no entanto, a impugnação perante o Supremo Tribunal Federal, senão por meio de recurso extraordinário, desde que preenchidos os demais requisitos constitucionais e legais para seu cabimento.
-
32. Lei municipal que, na defesa dos interesses do consumidor, fixe o horário de funcionamento de estabelecimentos que comercializem medicamentos será
- (A) incompatível com a Constituição Federal, na medida em que ofende a competência legislativa suplementar do Estado, para atender a suas peculiaridades, em matéria de defesa do consumidor, estando sujeita a reclamação perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (B) incompatível com a Constituição Federal, na medida em que ofende a competência legislativa concorrente atribuída à União e aos Estados para legislar sobre produção e consumo, estando sujeita a ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal, na medida em que ofende a competência privativa da União para legislar sobre direito civil, estando sujeita a reclamação perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal, na medida em que ofende a competência do Congresso Nacional para legislar sobre direito do consumidor, estando sujeita a ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (E) compatível com a Constituição Federal, por se tratar de exercício regular de competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local.
-
33. Decreto Legislativo editado pela Assembleia Legislativa de determinado Estado estabeleceu que os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado seriam reajustados anualmente, na mesma oportunidade e proporção em que reajustada a remuneração dos servidores públicos estaduais ocupantes de cargos efetivos. Alguns meses após se ter promovido o primeiro reajuste dos subsídios em questão com base no Decreto Legislativo, o Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública, pleiteando que, como consequência da nulidade do aludido ato normativo, referidos agentes fossem condenados individualmente a restituir ao erário os valores percebidos a maior, em decorrência dos reajustes promovidos a partir do Decreto Legislativo.
- Nessa hipótese,
- (A) há inconstitucionalidade quanto ao modo de alteração dos subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, bem como quanto à vinculação dos subsídios à remuneração dos servidores ocupantes de cargos efetivos, não sendo cabível, no entanto, pleitear a nulidade do Decreto Legislativo e a restituição dos valores pretendidos por meio de ação civil pública, uma vez que esta não se presta ao controle de constitucionalidade.
 - (B) há inconstitucionalidade apenas quanto à vinculação dos subsídios à remuneração dos servidores ocupantes de cargos efetivos, não sendo possível, no entanto, pleitear a nulidade do Decreto Legislativo e a restituição dos valores pretendidos por meio de ação civil pública, uma vez que esta não se presta ao controle de constitucionalidade.
 - (C) há inconstitucionalidade quanto ao modo de alteração dos subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, bem como quanto à vinculação dos subsídios à remuneração dos servidores ocupantes de cargos efetivos, sendo admissível que a ação civil pública tenha por objeto a restituição dos valores recebidos a maior, como consequência da nulidade do Decreto Legislativo.
 - (D) há inconstitucionalidade apenas quanto à vinculação dos subsídios à remuneração dos servidores ocupantes de cargos efetivos, sendo admissível que a ação civil pública tenha por objeto a restituição dos valores recebidos a maior, como consequência da nulidade do Decreto Legislativo.
 - (E) não há inconstitucionalidade quanto ao modo de alteração dos subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, nem quanto à vinculação dos subsídios à remuneração dos servidores ocupantes de cargos efetivos, sendo improcedente, apesar de admissível, a ação civil pública ajuizada.



34. Considere que determinada Constituição Estadual estabeleça ser cabível recurso para a Assembleia Legislativa em face das decisões do Tribunal de Contas do Estado que julguem as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração estadual. Nessa hipótese, referida previsão seria
- (A) incompatível com a Constituição Federal, que atribui competência para julgamento de tais contas aos Tribunais de Contas, independentemente de submissão prévia ou posterior ao órgão do Poder Legislativo a que auxiliem.
 - (B) incompatível com a Constituição Federal, que atribui competência para julgamento de tais contas originariamente, e não em grau de recurso, à Assembleia Legislativa, cabendo aos Tribunais de Contas emitir parecer prévio a esse respeito.
 - (C) compatível com a Constituição Federal, no que se refere à possibilidade de revisão do julgamento das contas do chefe do Poder Executivo pela Assembleia Legislativa, mas não em relação aos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração estadual.
 - (D) compatível com a Constituição Federal, no que se refere à possibilidade de revisão do julgamento das contas dos responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração estadual pela Assembleia Legislativa, mas não em relação às do chefe do Poder Executivo.
 - (E) compatível com a Constituição Federal.
35. Considere as seguintes situações:
- I. Execução ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil em face de inscritos inadimplentes quanto ao pagamento de anuidades.
 - II. Ação movida por consumidor em face de concessionária de serviço público de telefonia em que a Agência Nacional de Telecomunicações figura como litisconsorte passiva necessária.
 - III. Conflito de competência negativo estabelecido entre Juizado Especial Federal e Juízo Federal da mesma Seção Judiciária.
 - IV. Recurso ordinário interposto em face de decisão denegatória de *habeas corpus* impetrado contra ato de Tribunal Regional Federal.
- À luz da Constituição Federal, são competentes para seu julgamento nos itens I, II, III e IV, respectivamente,
- | | | | | |
|-----|-------------------|-------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| (A) | Justiça Estadual; | Justiça Federal; | Tribunal Regional Federal; | Superior Tribunal de Justiça. |
| (B) | Justiça Federal; | Justiça Federal; | Tribunal Regional Federal; | Supremo Tribunal Federal. |
| (C) | Justiça Federal; | Justiça Estadual; | Tribunal Regional Federal; | Supremo Tribunal Federal. |
| (D) | Justiça Federal; | Justiça Federal; | Superior Tribunal de Justiça; | Superior Tribunal de Justiça. |
| (E) | Justiça Estadual; | Justiça Estadual; | Superior Tribunal de Justiça; | Superior Tribunal de Justiça. |

Direito Administrativo

36. Suponha que determinado agente público tenha outorgado permissão de uso de um bem público, consistente em um terreno com pequena edificação (galpão), à determinada empresa privada, a título precário e gratuito, justificando o ato, expressamente, como medida de economia administrativa visando a desoneração de custos incorridos com vigilância e manutenção. Apresentou, ainda, estudos realizados por consultoria especializada indicando a inviabilidade de exploração econômica do bem. O ato em questão foi anulado judicialmente, em sede de ação intentada por entidade representativa da sociedade civil onde restou comprovado que os estudos financeiros nos quais se baseou a autoridade eram inconsistentes e o bem seria passível de exploração econômica mediante outorga a título oneroso. No caso narrado, o controle judicial do ato administrativo praticado
- (A) somente pode ser considerado adequado se houver sido identificada ilegalidade, vício de competência ou desvio de finalidade, com favorecimento intencional ao permissionário.
 - (B) extrapolou os limites admitidos, por se tratar de ato vinculado, cuja avaliação de conveniência e oportunidade compete exclusivamente à Administração.
 - (C) afigura-se inadequado, pois embora não possa ser subtraído do judiciário o controle do mérito do ato administrativo, tal controle não alcança vício de motivo ou desvio de finalidade.
 - (D) somente será válido se esgotada, previamente, a instância administrativa para revisão do ato mediante regular processo administrativo, com oferecimento de contraditório ao permissionário.
 - (E) não extrapolou, em tese, os limites admissíveis, os quais contemplam a aferição da veracidade dos motivos de fato e de direito invocados pela autoridade para a prática do ato, com base na teoria dos motivos determinantes.
37. A Administração contratou, mediante prévio procedimento licitatório, a construção de um hospital com capacidade para 200 leitos. No curso da execução do contrato, o consórcio contratado, em função de dificuldades financeiras supervenientes, pleiteou a alteração quantitativa do objeto, propondo-se a construir uma unidade com capacidade menor, com a correspondente redução do valor originalmente contratado. De acordo com as disposições aplicáveis da Lei nº 8.666/1993, o pleito da contratada
- (A) não é juridicamente viável, pois alterações quantitativas somente podem ser feitas unilateralmente pela Administração.
 - (B) é expressamente vedado, por importar violação ao princípio da intangibilidade do objeto e de vinculação ao instrumento convocatório.
 - (C) é viável, se contar com a anuência da Administração, operando-se mediante alteração consensual, estando adstrita ao limite de 25% do valor original atualizado se imposta unilateralmente pela administração.
 - (D) é legítimo, obrigando-se a Administração a aceitar alteração unilateral por parte da contratada até o limite de 25% do valor original.
 - (E) somente é viável se decorrer de alteração de projeto para melhor adequação ao interesse da Administração e observado o limite de 25% do valor original atualizado.



38. Considere que o Estado intente licitar a contratação para construção de novos estabelecimentos penais, em função da grave crise de segurança pública instalada recentemente. Para tanto, pretende utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, disciplinado pela Lei nº 12.462/2011 e suas alterações. Considerando as disposições legais aplicáveis, a intenção do Estado afigura-se
- (A) cabível, eis que se trata de um dos objetos previstos legalmente, podendo, inclusive, ser fixada remuneração variável para o contratado, vinculada ao prazo de entrega estabelecido contratualmente.
 - (B) cabível apenas se caracterizada, em despacho fundamentado da autoridade competente, situação emergencial ou necessidade de atendimento inadiável a relevante interesse público.
 - (C) cabível apenas se a obra em questão estiver inserida no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, podendo, neste caso, ser licitada sob a modalidade contratação integrada.
 - (D) incabível, eis que o objeto em questão não se insere no rol taxativo fixado pela legislação, podendo o Estado, todavia, valer-se do cadastro integrado previsto na referida lei para fins de verificação dos requisitos de habilitação no âmbito da licitação regida pela Lei nº 8.666/1993.
 - (E) incabível, salvo se as obras forem financiadas com recursos de bancos ou instituições de fomento públicas e estiverem correlacionadas a algum dos eventos descritos na legislação citada.
-
39. Suponha que o Estado pretenda implementar um programa de construção de habitações populares, sob a forma de Parceria Público-Privada – PPP, nos termos da Lei nº 11.079/2004 e suas alterações. Além da construção das unidades, o Estado deseja que o parceiro privado também fique responsável por serviços de manutenção durante todo o prazo do contrato. Já os potenciais interessados, em face da dificuldade de obtenção de financiamento privado, não estariam dispostos participar do certame se o pagamento da contraprestação pecuniária a cargo do parceiro público se der somente após a disponibilização da totalidade das unidades. Diante de tal cenário e considerando as condições estabelecidas na legislação federal para tal modalidade contratual, tem-se que
- (A) não há viabilidade jurídica para a celebração de PPP, pois tal modalidade contratual não admite sejam atrelados, em um mesmo objeto, obras de engenharia e serviços de manutenção.
 - (B) afigura-se viável a adoção de PPP, na modalidade concessão administrativa, na qual o parceiro privado poderá receber contraprestação do parceiro público pelas obras e remuneração do usuário direto pelos serviços disponibilizados, mediante tarifa.
 - (C) não há viabilidade jurídica para adoção da modalidade PPP na forma pretendida pelos potenciais interessados, eis que tal modalidade não admite nenhuma forma de pagamento por parte do parceiro público antes da entrega da integralidade do objeto.
 - (D) afigura-se viável a celebração de PPP, na modalidade concessão administrativa, com pagamento de contraprestação pelo parceiro público de acordo com as parcelas fruíveis do objeto, bem como aporte de recursos para a realização das obras, observado o cronograma de execução.
 - (E) é viável a adoção de PPP para os fins colimados pela Administração, sob a modalidade concessão administrativa, porém não é possível acomodar a pretensão dos potenciais interessados, eis que o pagamento antes da finalização do objeto somente é cabível na concessão patrocinada, exclusivamente mediante cobrança de tarifa do usuário.
-
40. Determinado Estado, enfrentando uma forte crise fiscal decorrente da queda da arrecadação de impostos e frustração da previsão de outras receitas previstas no orçamento, cogita alienar diversos imóveis públicos, com o objetivo de obter recursos para custeio da folha de pagamentos de seus servidores, que se encontra em atraso, e também para conclusão de obras prioritárias. Cogita, ainda, para os mesmos fins, a obtenção de empréstimos e a realização de operação de Antecipação de Receita Orçamentária – ARO. De acordo com as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), o Estado
- (A) somente poderá aplicar a receita obtida com a operação de ARO no pagamento de despesas de pessoal e custeio, devendo liquidar o principal e os juros em até 2 anos, e deverá, obrigatoriamente, aplicar o produto da alienação de imóveis em despesas de capital.
 - (B) somente poderá aplicar a receita obtida com a ARO em despesas de capital e percentuais determinados por lei para cobertura de déficit previdenciário.
 - (C) está impedido de realizar operações de crédito em virtude do atraso no pagamento de despesas de pessoal, podendo, contudo, prosseguir com a alienação de imóveis para fazer frente a tais despesas.
 - (D) poderá adotar quaisquer das medidas indicadas, aplicando os recursos correspondentes tanto no pagamento de despesas de custeio como de capital, desde que observado o limite de endividamento fixado pelo Senado Federal.
 - (E) poderá realizar ARO, observados os requisitos e limites estabelecidos na LRF, desde que liquidado o montante de principal e juros até 10 de dezembro do exercício correspondente.
-

Direito Civil

41. Rodrigo, de 18 anos de idade, está cursando universidade e, após demandar em juízo, demonstrando que não tem condições financeiras para pagar suas despesas, obtém a fixação de alimentos pelo Magistrado no importe de R\$ 2.000,00 por mês a ser suportado pelo seu genitor Paulo. Havendo inadimplemento das prestações alimentares pelo genitor, nos termos estabelecidos pelo Código Civil, Rodrigo deverá observar, a partir do vencimento de cada prestação, o prazo prescricional de cobrança de
- (A) 2 anos.
 - (B) 3 anos.
 - (C) 5 anos.
 - (D) 1 ano.
 - (E) 4 anos.



42. No que concerne às obrigações de dar, nos termos estabelecidos pelo Código Civil,
- (A) na obrigação de dar coisa certa, se a coisa restituível se deteriorar sem culpa do devedor, recebê-la-á o credor, tal qual se ache, com direito à indenização.
 - (B) na obrigação de dar coisa certa, até a tradição da coisa, os frutos percebidos e pendentes pertencem ao devedor.
 - (C) na obrigação de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, salvo se ocorrer caso fortuito ou força maior.
 - (D) na obrigação de dar coisa certa, até a tradição, a coisa pertence ao devedor, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.
 - (E) se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, o credor não sofrerá a perda e poderá postular indenização.
-
43. Sobre o regime de bens no casamento entre cônjuges, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar:
- (A) É anulável o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento.
 - (B) O cônjuge não pode, sem a autorização do outro, obter, por empréstimo, as quantias destinadas para aquisição das coisas necessárias à economia doméstica.
 - (C) É obrigatório o regime da separação de bens para aqueles que dependerem de suprimento judicial para casar.
 - (D) Em regra, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, independentemente do regime de bens adotado para o casamento, prestar fiança ou aval.
 - (E) No regime de comunhão parcial não entram na comunhão as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge.
-
44. Paula é companheira de Renato, que tem três filhos de outro relacionamento. Renato falece em um acidente automobilístico. Neste caso, de acordo com o Código Civil, na sucessão do companheiro falecido, quanto aos múltiplos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, Paula terá direito a
- (A) metade da herança total.
 - (B) uma quota equivalente à que por lei for atribuída aos filhos.
 - (C) metade do que couber a cada um dos filhos do falecido.
 - (D) um terço da herança total.
 - (E) dois terços da herança total.
-
45. Sobre a adoção de criança e adolescente, nos termos preconizados pela Lei nº 8.069/1990, é correto afirmar:
- (A) Se o adotando tiver idade igual ou superior a 10 anos de idade é necessário o seu consentimento para a adoção.
 - (B) O adotante há de ser, pelo menos, 18 anos mais velho do que o adotando.
 - (C) Falecendo o adotante no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença, a adoção não poderá ser deferida.
 - (D) É expressamente vedada a adoção conjunta pelos divorciados e os ex-companheiros.
 - (E) O adotando deve contar com, no máximo, 18 anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
-

Direito Processual Civil

46. Julio, representado por seu advogado contratado Paulo, ajuizou ação indenizatória contra Maria, esta última hipossuficiente representada pela Defensoria Pública. Designada audiência de instrução pelo Magistrado que preside o feito, Julio arrola três testemunhas: Manoel, Manoela e Ricardo, este último o juiz da causa. Já Maria arrola as testemunhas Roberta e Paola. Os autos do processo são eletrônicos. Especificamente sobre a prova testemunhal, de acordo com o Código de Processo Civil,
- (A) colhido o depoimento por meio de gravação e havendo recurso o depoimento deverá ser, em regra, digitado, antes da remessa dos autos à segunda instância.
 - (B) o juiz da causa Ricardo, arrolado como testemunha, deverá declarar-se impedido, ainda que não saiba nada sobre os fatos tratados no processo.
 - (C) o juiz deverá obrigatoriamente inquirir as testemunhas apresentadas antes da inquirição feita pelas partes.
 - (D) a testemunha pode requerer ao juiz o pagamento da despesa que efetuou para comparecimento à audiência, pagamento este que será realizado ao final do processo, após o trânsito em julgado, pela parte vencida.
 - (E) em regra, caberá ao advogado de Julio informar ou intimar as testemunhas Manoel e Manoela acerca do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juiz.
-



47. Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição e, portanto, poderá produzir efeito imediatamente sem a necessidade de confirmação pelo tribunal, a sentença
- (A) condenatória proferida contra o Estado do Rio Grande do Sul de valor certo e líquido de 1.000 salários mínimos.
 - (B) fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
 - (C) condenatória proferida contra autarquia estadual de valor líquido e certo de 700 salários mínimos.
 - (D) condenatória proferida contra a União de valor certo e líquido de 1.500 salários mínimos.
 - (E) condenatória proferida contra o Município de Porto Alegre de valor certo e líquido de 700 salários mínimos.
-
48. Sobre os embargos de declaração, que podem ser interpostos pelas partes contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, ou ainda para corrigir erro material é correto afirmar:
- (A) Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição o recurso.
 - (B) Os embargos de declaração serão opostos, no prazo de 10 dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo.
 - (C) O juiz decidirá os embargos de declaração opostos sem manifestação previa do embargado, ainda que o eventual acolhimento dos embargos possa ensejar modificação da decisão questionada.
 - (D) Na reiteração de embargos de declaração manifestamente protelatórios, a multa será elevada a até dez por cento sobre o valor atualizado da causa, e a interposição de qualquer recurso ficará, em regra, condicionada ao depósito prévio do valor da multa.
 - (E) Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a um por cento sobre o valor atualizado da causa.
-
49. No tocante à Defensoria Pública, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:
- (A) A Defensoria Pública é obrigada a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.
 - (B) O Código de Processo Civil veda o início de procedimento de jurisdição voluntária por provocação da Defensoria Pública.
 - (C) A Defensoria Pública atua na defesa do assistido mediante apresentação do necessário instrumento de mandato devidamente assinado pelo representado.
 - (D) Nos processos físicos, a retirada dos autos do cartório em carga pela Defensoria Pública não implicará intimação de qualquer decisão contida no processo retirado.
 - (E) Aplica-se o ônus da impugnação especificada dos fatos ao Defensor Público na contestação.
-
50. Sobre a Defensoria Pública, na esteira da Lei Complementar nº 132/2009, é correto afirmar que o instrumento de transação, mediação ou conciliação referendado pelo Defensor Público valerá como título executivo
- (A) judicial, ainda que celebrado com pessoa jurídica de direito público.
 - (B) extrajudicial, ainda que celebrado com pessoa jurídica de direito público.
 - (C) judicial, salvo se celebrado com pessoa jurídica de direito público.
 - (D) extrajudicial, salvo se celebrado com pessoa jurídica de direito público.
 - (E) judicial se também for referendado pelo Ministério Público, ainda que celebrado com pessoa jurídica de direito público.
-

Direito Penal

51. *O que nos parece é que as duas dimensões do bem jurídico-penal — a valorativa e a pragmática — apresentam áreas de intensa interpenetração, o que origina a tendencial convergência entre elevada dignidade penal e necessidade de tutela penal, assim como, inversamente, entre reduzida dignidade penal e desnecessidade de tutela penal.*

(CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da. **Constituição e crime**: uma perspectiva da criminalização e da descriminalização. Porto: Universidade Católica Portuguesa Editora, 1995, p. 424)

Nesse tópico, o tema central do raciocínio da jurista portuguesa radica primacialmente no campo da ideia constitucional de

- (A) individualização.
- (B) dignidade humana.
- (C) irretroatividade.
- (D) proporcionalidade.
- (E) publicidade.



52. Considere trechos do poema abaixo.

(...) *Meu leiteiro tão sutil
de passo maneiro e leve,
antes desliza que marcha.
É certo que algum rumor
sempre se faz: passo errado,
vaso de flor no caminho,
cão latindo por princípio,
ou um gato quizilento.
E há sempre um senhor que acorda,
resmunga e torna a dormir.*

*Mas este acordou em pânico
(ladrões infestam o bairro),
não quis saber de mais nada.
O revólver da gaveta
saltou para sua mão.
Ladrão? se pega com tiro.
Os tiros na madrugada
liquidaram meu leiteiro.
Se era noivo, se era virgem,
se era alegre, se era bom,
não sei,
é tarde para saber.*

*Mas o homem perdeu o sono
de todo, e foge pra rua.*

*Meu Deus, matei um inocente.
Bala que mata gatuno
também serve pra furtar
a vida de nosso irmão.
Quem quiser que chame médico,
polícia não bota a mão
neste filho de meu pai.
Está salva a propriedade.
A noite geral prossegue,
a manhã custa a chegar,
mas o leiteiro
estatelado, ao relento,
perdeu a pressa que tinha.*

*Da garrafa estilhaçada,
no ladrilho já sereno
escorre uma coisa espessa
que é leite, sangue... não sei.
Por entre objetos confusos,
mal redimidos da noite,
duas cores se procuram,
suavemente se tocam,
amorosamente se enlaçam,
formando um terceiro tom
a que chamamos aurora.*

Diante destes trechos derradeiros do poema *Morte do Leiteiro*, de Carlos Drummond de Andrade (**A rosa do povo**. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 110-111), é correto tecnicamente afirmar:

- (A) considerada a topografia do direito brasileiro positivado, cuida-se de um argumento clássico de erro de tipo que bem se tributa à chamada teoria limitada da culpabilidade.
- (B) considerada a topografia do direito brasileiro positivado, cuida-se de um argumento clássico de erro de proibição, com a subsequente exclusão do dolo.
- (C) tem-se, nesse poema, um argumento clássico da denominada *aberratio ictus*.
- (D) tem-se, nesse poema, um argumento clássico da denominada *aberratio criminis*.
- (E) tem-se, nesse poema, um argumento clássico de advento de causa relativamente independentemente.

53. No concurso de crimes, cuidando-se de infrações de espécies diversas cometidos por condutas distintas, ambas com violência física real, dos institutos legais abaixo em princípio pode-se postular em favor do imputado

- (A) concurso formal heterogêneo.
- (B) concurso formal impróprio.
- (C) crime continuado genérico.
- (D) crime continuado específico.
- (E) prescrição isoladamente considerada.

54. Quanto à aplicação da pena

- (A) na condenação pelo tráfico, entende o Supremo Tribunal Federal que a maior quantidade de drogas pode incrementar a pena-base, sem prejuízo de adiante igualmente fundamentar o indeferimento do redutor legal específico de pena disposto para a situação do chamado *tráfico privilegiado* (artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006).
- (B) entendem o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça ser impossível aplicar a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos em condenações por tráfico de drogas.
- (C) em condenação por crime cometido com violência doméstica, em princípio é cabível aplicar a multa isolada quando a pena final for de até seis meses de detenção e desde que satisfeitos os demais pressupostos e requisitos legais para a substituição.
- (D) não há reincidência quando o agente pratica uma contravenção depois de transitar em julgado uma sentença que, no Brasil, o tenha definitivamente condenado por um crime, mas, diversamente, verifica-se, no entanto, a reincidência quando o agente pratica um crime depois de passar em julgado uma sentença que, no Brasil, o tenha condenado por uma contravenção.
- (E) segundo o Superior Tribunal de Justiça, praticando um roubo com adolescente inimputável desde antes já moralmente corrompido, o agente poderá ser condenado em concurso de crimes.



55. É correto afirmar que,
- (A) segundo entendimento hoje unânime nas duas turmas de competência criminal do Superior Tribunal de Justiça, o descumprimento de ordem judicial imposta sob o título de medida protetiva no âmbito da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) não implica a prática das condutas típicas de desobediência dispostas nos artigos 330 ou 359 do Código Penal.
 - (B) segundo entendimento hoje vigente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o tráfico de drogas cometido na vigência da Lei nº 8.072/1990, em qualquer de suas versões, é crime assemelhado a hediondo.
 - (C) para a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a consumação do roubo reclama a posse pacífica e indisputada da coisa pelo agente.
 - (D) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite a aplicação do chamado princípio da insignificância penal para o crime de descaminho.
 - (E) segundo a jurisprudência assentada no âmbito da 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, não subsiste o crime de desacato tipificado no artigo 331 do Código Penal no ordenamento jurídico brasileiro, posto que incompatível com o direito de liberdade de expressão e crítica.

Direito Processual Penal

56. No tocante ao inquérito policial relativo à apuração de crime a que se procede mediante ação penal pública incondicionada, é correto afirmar:
- (A) É vedada a instauração de inquérito policial de ofício.
 - (B) O ofendido não pode requerer diligência no curso de inquérito policial.
 - (C) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
 - (D) A autoridade policial poderá mandar instaurar inquérito a partir de comunicação de fato feita por qualquer pessoa, mas deve aguardar a iniciativa do ofendido ou seu representante legal para que seja instaurado.
 - (E) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
-
57. É INCORRETO afirmar que
- (A) as medidas cautelares somente poderão ser aplicadas isoladamente, para evitar *bis in idem*.
 - (B) constitui medida cautelar diversa da prisão o recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.
 - (C) o juiz poderá decretar, no curso do inquérito policial, a proibição de o indiciado manter contato com a vítima quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, o indiciado deva permanecer distante dela.
 - (D) revogada a medida cautelar antes decretada, o juiz pode voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
 - (E) se não houver urgência nem perigo de ineficácia da medida cautelar, o juiz, ao receber o pedido de decretação da medida, determinará a intimação da parte contrária, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo.
-
58. De acordo com entendimento dos Tribunais Superiores,
- (A) é cabível *habeas corpus* originário para o Tribunal Pleno da decisão de Turma, ou do Plenário do Supremo Tribunal Federal, proferida em *habeas corpus* ou no respectivo recurso.
 - (B) é cabível *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa.
 - (C) são incabíveis *habeas corpus* e revisão criminal quando já extinta a pena privativa de liberdade.
 - (D) é incabível *habeas corpus* relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
 - (E) compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.
-
59. Em relação ao chamado tráfico privilegiado, previsto no artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006, considerando-se também o entendimento dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que
- (A) não admite a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.
 - (B) não admite suspensão condicional do processo.
 - (C) admite transação penal.
 - (D) não admite fiança.
 - (E) exige cumprimento da pena em regime inicial fechado.
-
60. Em relação à colaboração premiada, prevista na Lei nº 12.850/2013, é correto afirmar:
- (A) Para a concessão do benefício da colaboração, consistente na redução da pena em até 2/3, o juiz levará em conta a eficácia da colaboração e não a personalidade do colaborador.
 - (B) O Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia contra o colaborador líder da organização criminosa.
 - (C) O processo relativo ao colaborador poderá ser suspenso por até 6 meses, improrrogáveis, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se também o respectivo prazo prescricional.
 - (D) Se a colaboração for posterior à sentença, a pena poderá ser reduzida até a metade ou será admitida a progressão de regime ainda que ausentes os requisitos objetivos.
 - (E) O juiz participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração e poderá recusar homologação à proposta que não atender aos requisitos legais.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, capítulo 11: 11.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 11.5 Será atribuída nota ZERO à Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos Conteúdo, Estrutura e Expressão. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 11.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 11.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter classificatório e eliminatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

A chave da teoria do filósofo norte-americano John Rawls repousa sobre o princípio da diferença. De acordo com este princípio, todos os valores sociais – liberdades, oportunidades, renda e as bases sociais da autoestima – devem ser distribuídos igualmente. Em outros termos: as distribuições desiguais só são aceitas se trazem vantagens para todos, caso contrário constituem injustiças. As desigualdades de remuneração, por exemplo, seriam justas caso refletissem o rendimento efetivo do trabalhador e/ou maior responsabilidade, desde que essas desigualdades contribuíssem para estimular o progresso e as esperanças de todos.

(Adaptado de: THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Disponível em: <http://www.scielo.br>)

Considerando o que se afirma acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	